

PROPOSTAS SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA: AS VOZES DOS ESPECIALISTAS

Beatris Martinez VITORIANO¹
Lília Santos ABREU-TARDELLI²

RESUMO: objetiva-se apresentar os resultados de uma pesquisa bibliográfica, que estudou as abordagens e propostas de autores e pesquisadores brasileiros sobre o conceito e ensino de gramática nas últimas três décadas. Foram selecionadas seis obras, dos últimos trinta anos, de autores usados como referência ao se falar de gramática em muitos cursos de graduação e citados no Google Acadêmico. Em suma, todos os autores tratam da necessidade de se valorizar o que é considerado não-padrão, sem, no entanto, excluir o ensino da norma-padrão.

PALAVRAS-CHAVE: gramática e ensino; conceitos de gramática; propostas de ensino.

Introdução

Não é raro encontrar alguém que já tenha ouvido falas do tipo "você não sabe gramática"; "você fala tudo errado" ou ainda pior, "você não sabe português". Há, no entanto, uma diferença entre saber uma língua e a gramática de uma língua, como veremos neste artigo. Além disso, como é possível que os falantes de língua portuguesa não saibam a língua que usam nos mais diversos contextos de suas vidas?

Nestes tipos de comentários, é possível dizer que o que está sendo considerado como "falar corretamente" diz respeito à norma-padrão da língua portuguesa. Isso acaba por projetar um modelo dicotômico de "certo" *versus* "errado", no qual as demais variedades linguísticas, que

¹Graduanda do terceiro ano de Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, e bolsista pela Fundação Vunesp. Este trabalho é resultado de uma Iniciação Científica sob orientação da Prof^a Dr^a Lília Santos Abreu-Tardelli.

²Professora Doutora na Universidade Estadual Paulista – UNESP; Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE; Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL; São José do Rio Preto – SP – Brasil.

Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP) São José do Rio Preto, SP – Brasil, 2017.

não correspondem à norma, são conseqüentemente vistas como desvios.

Mas, qual a relação dessa constatação com o ensino de gramática em si? A variedade com que o aluno tem contato no seu dia-a-dia, fora do contexto escolar, muitas vezes, não corresponde à variedade tida como padrão, ensinada nas escolas. Por isso, muitos especialistas, dentre os quais os pesquisadores brasileiros citados ao longo deste artigo, têm um interesse especial no ensino de gramática nas escolas, com a preocupação de não excluir a variedade linguística do aluno.

A partir da leitura das obras desses estudiosos (ANTUNES, 2007; TRAVAGLIA, 2003; NEVES & GALVÃO, 2014; BAGNO, 2011; FRANCHI, 2006; POSSENTI, 1996), foi possível delinear algumas das principais concepções de gramática e suas propostas de ensino, verificando semelhanças e diferenças entre as propostas apresentadas.

Metodologicamente, a seleção das obras selecionadas seguiu os seguintes critérios: (i) obras de referência sobre o tema gramática e ensino, dos últimos trinta anos; (ii) frequência com que os autores em questão são usados como referência em cursos de graduação; (iii) frequência da citação dos autores, conforme apontada no Google Acadêmico; (iv) publicações em periódicos classificados como *Qualis A1* pela Capes, que tratassem da mesma temática ou que, de alguma forma, pudessem complementar o estudo aqui realizado. Em relação a esse último item, a *Alfa* mostrou-se a revista com maior número de artigos publicados sobre a temática de gramática e ensino. Os artigos selecionados da revista *Alfa* foram publicados em 1990, 1993, 1997 e 2013.

Para atingirmos nosso objetivo, partimos do texto *Ensinar gramática ou não* de Françoise Gadet e Michel Pêcheux (2004), que proporciona um panorama acerca da maneira como o ensino de gramática de língua materna ocorre na Europa, em geral, contrapondo-se à forma como ocorre nos Estados Unidos para, a partir desse panorama, fazermos uma reflexão sobre a tendência do ensino de gramática no Brasil. Em seguida, deter-nos-emos nos conceitos de

gramática (POSSENTI, 1996; FRANCHI, 2006; ANTUNES, 2007; TRAVAGLIA, 2003), e no que alguns gramáticos dizem de suas próprias gramáticas, em obra organizada por Neves e Casseb-Galvão (2014), a fim de compreender o tratamento que os gramáticos dão a esse objeto atualmente.

Por fim, visamos a apontar a diversidade de sentidos e aplicações que termo "gramática" pode abranger, bem como sintetizar o que dizem os autores estudados, suas propostas e considerações, acerca do ensino de gramática de língua materna.

1. Tratamentos dados à gramática

Françoise Gadet e Michel Pêcheux (2004), em seu texto *Ensinar gramática ou não*, discorrem a respeito do ensino da gramática nos Estados Unidos e na Europa.

Segundo os autores, na parte europeia, a linguística tem suas origens em uma valorização dos textos, na qual o latim serve de referência e se sobrepõe à própria língua materna. Por conta disso, o ensino de gramática da língua nacional é um jogo social enraizado na estrutura escolar, um objetivo e fonte de alguns problemas, que aparecem em todos os níveis. Gadet e Pêcheux (2004) explicam que o que aconteceu nos Estados Unidos foi algo bastante diferente. A intenção dos primeiros mercadores que ali se instalaram era a de sobreviver, o que produziria até mesmo uma nova significação para "cultura". Esses aventureiros não eram humanistas eruditos e a Bíblia era, para eles, um modo de vida. De acordo com os autores, a língua se transforma, então, em um órgão-instrumento, sem apresentar um caráter de adestramento (como teria sido na Europa).

São essas as razões pelas quais o ensino americano de língua materna, segundo os autores, não dispõe de gramática, de regras e de exercícios formais; foca-se, sim, no desenvolvimento da capacidade de uso oral da língua. A língua seria, na concepção americana, um órgão funcional que se integra ao sistema corporal.

Como veremos adiante, o ensino de gramática da língua materna, no Brasil, aparentemente, recebeu influência da tendência europeia, com uma valorização no ensino das normas da língua.

2. Conceitos de gramática

Duas das obras escolhidas, *Mas o que é mesmo “gramática”?* de Carlos Franchi (2006) e *Por que (não) ensinar gramática na escola*, de Sírio Possenti (1996), detêm-se a aspectos de ordem um pouco mais teórica, de modo abrangente, a maneira como tratar a gramática nas aulas. Além disso, ambos os autores indicam e descrevem as várias gramáticas: a normativa, a descritiva e a internalizada.

Franchi (2006) destaca que, em certos contextos de avaliação, a concepção normativa que se tem da gramática é bem clara: saber gramática significa não só conhecer as normas que permitem falar e, sobretudo, escrever bem e que tomam como referência o uso do português de escritores consagrados, mas também empregar tais regras a todo custo, visto que a língua passa a ser estritamente polarizada em duas modalidades distintas e comparativas: a modalidade culta, livre de erros e a modalidade coloquial, responsável pelo mau uso e caos gramatical do português.

O autor também traz outras perspectivas: a gramática descritiva e a gramática interna. Segundo ele, a gramática descritiva consiste em um sistema de noções que possibilitam a descrição das estruturas e regras de uma língua, mediante um critério de gramaticalidade. Ainda de acordo com Franchi (2006), a gramática descritiva parece mais imparcial do que a gramática normativa, no entanto, a segunda pode instrumentalizar a primeira a fim de prescrever suas regras. Por sua vez, a gramática interna não considera que *saber gramática* dependa exclusivamente de algum processo de aprendizado sistemático, como a escolarização. Para o autor, a gramática seria, dessa forma, o conhecimento linguístico que todo falante de uma língua ativa e aprimora, de acordo com determinadas condições (dotação genética, meio social, etc.).

Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP) São José do Rio Preto, SP – Brasil, 2017.

Diante de tais definições, Franchi (2006) chama a atenção para a diferença que existe entre o que o professor deve saber e o que ensina. Para o autor, o professor precisa saber e dominar a modalidade culta, de fato. No entanto, precisa, além disso, compreender a modalidade que seus alunos falam, estar atento a questões tangentes à variação linguística e dispor de uma boa análise descritiva das diferentes modalidades de uso da língua.

O autor também discute uma concepção e um ensino de gramática nas escolas, essencialmente embasados em uma tradição gramatical que procura deter e prescrever definições, problemas e respostas específicas. Ele demonstra que a repetição automatizada de fórmulas, categorias e nomenclaturas pela escolarização, à margem da escola, privam o aluno de refletir sobre o que está executando.

De acordo com Franchi (2006), para se obter uma concepção de gramática equivalente à concepção de linguagem já formada anteriormente, é preciso particularizar duas tendências históricas contrárias: a de uma gramática mais descritiva, interessada na reflexão teórica sobre a linguagem, e a de uma gramática normativa, preocupada em estipular padrões para a realização da linguagem.

Podemos notar que, para o autor, as atividades escolares envolvendo gramática não podem se delimitar a uma concepção reducionista da mesma, a exercícios de mera reprodução, memorização e mecanização. O professor pode usar da suas próprias percepções e palpites, a fim de elaborar e desenvolver com os alunos exercícios que explorem o texto em outras dimensões, a partir de novos olhares como, por exemplo, a condição linguística em que o enunciado foi produzido.

Não diferente de Franchi, Possenti (1996) também afirma que é evidente o objetivo primordial da escola de ensinar a modalidade padrão da língua portuguesa e que isso poderia se tornar, de fato, uma complicação para quem não a usa com certa frequência, em geral, para os alunos de classes mais desprestigiadas.

No entanto, para ele, a ideia de que não se deve ensinar português padrão nas escolas por razões político-culturais ou cognitivas não se sustenta, pois parece desconsiderar os ganhos que o domínio de uma nova variedade traz e, ao mesmo tempo, salienta que o processo de se aprender outro dialeto é extremamente difícil. Visto que o domínio da forma padrão se daria principalmente, mas não somente, mediante a leitura e produção de textos dos mais diversos gêneros, o autor defende a real utilização da língua escrita em um trabalho constante, sobretudo, com leitura e escrita em sala de aula.

Segundo o autor, saber uma língua implica, automaticamente, no fato de se saber a gramática dessa língua. Possenti (1996) expõe que essa gramática, por sua vez, não diz respeito ao domínio de regras e classificações que aprendemos na escola em especial, mas sim, ao conhecimento intuitivo, internalizado de que todo falante dispõe e que lhe permite comunicar e interagir. No entanto, isso não significa que as escolas devam se esquivar de ensinar a variedade padrão e a modalidade escrita da língua. A proposta de Possenti (1996) é a de que a escola leve em consideração, nas práticas de ensino que pretende desenvolver, esse conhecimento prévio, fruto da modalidade oral, que o aluno já obteve. O autor propõe que, se a escola optar por abordar as atividades linguísticas da sociedade e, ao mesmo tempo, procurar ensinar aos alunos o que eles, de fato, não sabem, estaria oferecendo um ensino mais eficaz. Tal como Franchi (2006), o autor também realiza a distinção entre três tipos de gramática. A gramática pode ser entendida como a reunião de regras que o falante deve seguir (gramática normativa), ou das regras que o falante realmente segue (gramática descritiva), ou ainda das regras que esse falante domina (gramática internalizada).

As gramáticas normativas destinam-se a prescrever e explicitar regras que possibilitem o falar e escrever bem da língua, isto é, de maneira correta segundo uma norma padrão. Muitas vezes, é o conceito normativo de gramática a que livros didáticos aderem.

Enquanto isso, as gramáticas descritivas não possuem pretensão prescritiva. O objetivo central é detalhar e até mesmo explicar como as línguas são faladas. A respeito da gramática internalizada, Possenti (1996) indica ser o conhecimento lexical e sintático-semântico que o falante possui que o permite produzir sequências compreensíveis, interpretá-las, identificar sequências pertencentes à língua em questão, sequência agramaticais ou não, etc. Segundo o autor, os diferentes conceitos de gramática refletem diferentes conceitos de regra, língua e erro também. Ele explana que para a gramática normativa, as regras operaram como obrigações a serem seguidas a rigor e, por esse motivo, tudo aquilo que foge à norma de prestígio seria reprovado, taxado como um erro. Temos aí uma perspectiva de língua em que a modalidade culta deve servir de referência a todo custo, desconsiderando-se assim, as demais variedades.

A gramática descritiva, por sua vez, segundo o autor, formula regras mediante a observação da realidade da língua, sem atribuir valor a uma variedade linguística ou outra. Por levar em consideração o fator de variação na língua, são considerados erros apenas as construções que não integram nenhum dialeto, que sejam, portanto, agramaticais (inexistentes) na língua.

Por último, de acordo com o autor, na gramática internalizada, o conhecimento sistemático que o falante tem da língua expressa suas regras de uso, sem apresentar nenhuma preocupação de cunho valorativo. Portanto, nesse caso, erros aconteceriam somente quando o falante acionasse hipóteses que foram interiorizadas de maneira equivocada.

3. As gramáticas segundo seus próprios autores

Na atualidade, diversos autores tratam do ensino de língua materna nas escolas, principalmente no que diz respeito ao ensino de gramática, analisando alternativas e apresentando propostas capazes de transcender as barreiras que a gramática tradicional impõe quando

se restringe à prescrição de normas, à delimitação de padrões de certo e errado e à mecanização da língua.

A obra *Gramáticas contemporâneas do Português* (NEVES; CASSEB-GALVÃO, 2014) conta com a contribuição de gramáticos eméritos da atualidade que descrevem as características, motivações, objetivos, entre outros fatores, referentes aos seus trabalhos, a fim de defini-los. Evanildo Bechara, Maria Helena Mira Mateus, Mário Perini, Maria Helena de Moura Neves, José Carlos de Azeredo, Ataliba Teixeira de Castilho e Marcos Bagno foram os participantes do encontro que deu origem à obra. De acordo com Bechara, *A Moderna Gramática Portuguesa* foi desenvolvida à luz do movimento renovador da gramática tradicional, e até hoje tem sido reeditada e enriquecida, contando com a colaboração de linguistas, teóricos e descritivistas brasileiros e estrangeiros. A obra beneficiou, sobretudo, aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e estilísticos e, segundo o próprio autor, está sob constantes inovações e correções que, inevitavelmente, acabam sendo necessárias.

A Gramática de língua portuguesa, de Maria Helena Mira Mateus, teve três edições. Segundo a autora, a gramática propunha uma análise apropriada e coerente das estruturas da língua nos níveis sintático, morfológico, fonológico e lexical, além de apresentar uma descrição abrangente do português, capaz de possibilitar uma sistematização pragmática da língua. Ainda de acordo com a autora, a sua segunda edição, publicada em 1989, ganhou notoriedade por tratar do português tal como é falado, apresentando inclusive, exemplos orais do cotidiano, e descrevendo a língua com base no seu funcionamento real. Não se trata, portanto, de uma gramática prescritiva, vários aspectos da base teórica da obra se aproximam do conceito das gramáticas filosóficas e é, segundo a autora, uma gramática atenta aos objetivos do falante quando se comunica em determinado contexto.

Na sequência, Perini (NEVES; CASSEB-GALVÃO, 2014) defende que o ensino de gramática na escola precisa ser redefinido. A gramática, segundo o autor, deve ser ensinada como qualquer outra disciplina

científica, através da observação e do levantamento de hipóteses, garantindo que o aluno desenvolva um raciocínio lógico diante do conteúdo, e não através de regras autoritárias e desinteressantes que reduzem muitos dos fenômenos estruturais e funcionais fascinantes da gramática. Em outras palavras, o aluno terá contato com o método de obtenção de resultados e conhecimentos, e não direta e simplesmente com os resultados e conhecimentos.

Mário Perini, em matéria de Diogo Domingues, publicada em 2010 no portal da UFMG, critica a “gramática tradicional”, por, segundo ele, não se tratar de uma gramática ensinada sobre uma perspectiva científica. O linguista afirma que a gramática tradicional não abre espaço para o debate e se situa bastante longe do português que, de fato, se fala cotidianamente. Para o professor, o ensino de gramática precisa oportunizar discussões, ser menos incisivo e procurar descrever uma gramática mais próxima da realidade da língua.

Maria Helena de Moura Neves, no mesmo livro (NEVES; CASSEB-GALVÃO, 2014), aponta duas de suas obras de cunho propriamente gramatical: *Gramática de usos do português* e *Gramática do português revelada em textos*. Segundo ela, essas obras foram elaboradas a partir da análise de ocorrência reais do português no Brasil, e ambas consideram os fatos gramaticais em relação à sintaxe, semântica e pragmática, e às funções da linguagem, procurando evidenciar que a gramática é um mecanismo constitutivo importante da linguagem, pois é por meio dela que calculamos a produção de sentido do que está sendo enunciado.

Além disso, para a autora, a gramática não pode ser vista como algo imutável e intocável que está à margem da linguagem, uma vez que é através dela que lemos, falamos, escrevemos, refletimos, etc. Isso implica no fato de que os termos da metalinguagem reproduzidos pelos alunos em suas lições de gramática não são meros termos, eles são índices de um funcionamento linguístico real, que precisa ser aproveitado. Em artigo intitulado *A gramática de usos é uma gramática funcional*, Neves (1997) demonstra que é bastante nítida a influência

direta que a gramática recebe das pressões do uso, ou seja, a gramática é flexível. Segundo a autora, conceber as regras e princípios da gramática como tendências relaciona-se diretamente com o reconhecimento do dinamismo da língua.

Outro gramático convidado a falar de sua própria gramática é José Carlos de Azeredo (NEVES; CASSEB-GALVÃO, 2014) que planejou e escreveu a *Gramática Houaiss* abordando aspectos que julgava relevantes para a formação intelectual de professores de língua materna, com base na experiência que teve como professor de língua portuguesa de cursos de graduação em Letras. A gramática aborda a variedade padrão da língua portuguesa escrita em uso no Brasil, podendo ser, portanto, referência para qualquer brasileiro que, por algum motivo social ou cultural, venha a ter que se expressar através da norma-padrão ou compreendê-la enquanto receptor. A variedade padrão é modelo de referência para os indivíduos que, por exemplo, escrevem artigos e reportagens em jornais e para os que os leem, bem como para os autores de textos literários. Ademais, o autor não nega a coexistência ou a funcionalidade de formas alternativa, pois, segundo ele, isso seria tanto um equívoco quanto um preconceito. Vale destacar também que o autor procura dar continuidade à tradição descritiva do uso padrão, justificando que acredita que a gramática tem preciosas contribuições a oferecer no ensino de língua materna.

Ataliba T. de Castilho, autor de *A Nova gramática do português brasileiro*, é outro autor a quem é dado voz para falar de sua obra no livro organizado por Neves e Casseb-Galvão (2014). O autor explica que essa obra é embasada no dinamismo que a língua apresenta em seus processos e que tudo o que falamos ou escrevemos, mesmo que através de poucas e vagas palavras, é capaz de ativar um conhecimento linguístico vasto que permite a compreensão do que está sendo enunciado. O autor explica que, ao longo de sua gramática, se empenha em singularizar a identidade dos falantes brasileiros de língua portuguesa, levando em conta que as línguas naturais são importantes

na caracterização e na formação da identidade cultural de seus indivíduos enquanto participantes de uma sociedade.

A última gramática a ser apresentada na obra é a *Gramática pedagógica do português brasileiro* de Marcos Bagno (2011). Segundo o autor, como o próprio título da gramática releva, a obra se empenha em suprir algumas falhas bastante sérias que os docentes graduados em Pedagogia e Letras parecem apresentar, devido ao processo de formação que experimentaram. O autor define sua gramática como prepositiva, procurando criar um novo senso comum acerca do que seja gramática, bem diferente da ideia vinculada pela gramática tradicional.

Em geral, nas vozes dos próprios gramáticos, trazidas por Neves e Casseb-Galvão (2014), nota-se uma preocupação, por parte dos autores, em geral, em acompanhar estudos modernos sobre gramática, procurando dar às suas gramáticas um teor inovador, que acompanha o dinamismo inato da língua e não nega variedades menos prestigiadas. É dessa maneira, inclusive, que a variedade-padrão passa a ser vista como variedade disponível para o uso, assim como todas as outras.

Outros dois textos que dialogam com o objetivo da obra de Neves e Casseb-Galvão (2014) são os artigos de Schmitz (1990) e Barros (2001). Schmitz (1990) centra-se na análise de cinco obras cujo objetivo é, exatamente, a abordagem de questões referentes ao ensino da gramática de língua materna. A conclusão é de que o primeiro passo a se dar é renovar a condição do professor, por meio de uma política preocupada, principalmente, em melhorar a carreira desse profissional em relação a sua remuneração e ao tempo que passa trabalhando. Conclusão essa que aponta que uma mudança do ensino passa não só pelas abordagens teórico-metodológicas adotadas, mas deve englobar também mudanças nas políticas públicas.

Já Barros (2001) apresenta, resumidamente, resultados de uma pesquisa sobre a *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros (1957). A autora ressalta três características importantes da gramática de João de Barros: seu caráter prescritivo e pedagógico, o uso e autoridade das variações como um item, e respeito aos modelos da gramática latina. De

acordo com a autora, observam-se também algumas referências ao bom e ao mau uso das normas, o que significa uma concepção heterogênea de língua, na qual as variantes são desiguais entre si. Ademais, segundo a autora, na gramática de João de Barros, aborda-se a questão da diacronia, especialmente entre o latim e o português. Não aparece, no entanto, a questão da variação regional e raras vezes falam-se das modalidades escrita e falada.

Com isso, é possível notar que os objetivos dos gramáticos têm mudado ao longo do tempo. Antes, aparentemente mais comprometidos com a prescrição de regras, agora, mostram-se mais atentos com as diversas variedades linguísticas que existem e com o fato de que a língua é algo dinâmico, em constante mudança.

4. Gramática e ensino

Antunes (2007) e Travaglia (2003), autores dos livros *Muito além da gramática* e *Gramática – Ensino Plural*, respectivamente, além de desenvolverem seus objetivos teóricos, também apresentam algumas sugestões para um ensino de gramática.

Segundo Antunes (2007), o termo *gramática* parece remeter a algo único e bem definido. No entanto, segundo a autora, essa impressão é falsa, pois o termo tem natureza abrangente e múltipla. Quando falamos em gramática podemos estar nos referindo ao conjunto de regras do funcionamento de uma língua (gramática internalizada), à gramática de uso da norma culta, a uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem (gramática gerativa, por exemplo), à disciplina escolar, ou ainda, ao compêndio descritivo-normativo sobre a língua.

Antunes (2007) esclarece que saber gramática normativa não é pretexto para saber falar uma língua: a gramática, aliada ao léxico, é um dos componentes da língua. A língua, por sua vez, é uma totalidade cujo uso depende de sua condição de produção e de sua situação de interação. Portanto, é essencial mostrar aos alunos que a língua é muito mais do que simplesmente saber gramática, pois essa última, sozinha, não pode suprir as necessidades interacionais de um texto. Contudo, de

acordo com a autora, há um claro apego de professores e pais de alunos, inclusive, para com a gramática e percebe-se também uma certa urgência para que os alunos tenham contato com a norma culta da língua o mais cedo possível.

A autora também trata das diversas concepções de norma. De modo geral, define-se como norma aquilo que ocorre com regularidade e que, a princípio, não caracteriza o que é certo ou errado na língua. Antunes (2007) demonstra que a norma culta, tradicionalmente apresentada na escola, corresponde ao falar corretamente de acordo com a gramática normativa e está carregada de prestígio social. Sob esse ponto de vista, quem não fala corretamente não é culto, podendo gerar um efeito preconceituoso presente até mesmo nos livros didáticos. Na verdade, segundo a autora, a norma culta não pode ser entendida como um meio de distinguir quem tem cultura ou não, ela é um recurso próprio de situações orais ou escritas que exigem certo grau de formalidade.

Como grande parte dos especialistas em questão, Antunes (2007) lembra que a sociedade em que vivemos é heterogênea e esse fato reflete diretamente na língua. Segundo ela, existem variações linguísticas porque não há comunidade em que todas as pessoas falem da mesma forma ou estejam condicionadas aos mesmos fatores. A norma-padrão aparece então como uma opção disponível de uso, e não como algo absoluto que deva ser usado o tempo todo e em todo lugar. Em contrapartida a isso, Antunes (2007) afirma que a atitude correta a se tomar seria a de dar crédito às normas de uso da língua também, ao que vemos e ouvimos, de fato, e não creditar toda a legitimidade somente aos manuais de gramática.

A autora explica que muitos dos equívocos presentes no ensino de gramática são resultantes de um conhecimento científico insuficiente que as pessoas têm sobre a língua, seu funcionamento, seus componentes e suas aplicações. A escola nos proporcionou grande parte dessas pedras no caminho, mas todos nós contribuimos para que elas persistam quando atribuímos à gramática um papel que não lhe

competente. Antunes (2007) sugere que a escola promova interação com a linguagem através de descobertas e novas possibilidades na área de competências textuais e discursivas. A autora propõe ainda que a escola opte por atividades que demandem análise, compreensão e produção de textos de vários gêneros orais ou escritos, além de procurar promover uma reflexão sobre as variedades linguísticas. Ela ainda explica que é dessa maneira que a escola pode promover a inclusão social, o seu autêntico papel: oferecendo aos seus alunos muito mais do que a oportunidade de passar no vestibular. Aliás, grande parte dos vestibulares adota questões cujas respostas não se restringem ao conhecimento da norma gramatical, simplesmente.

A autora insiste ainda na questão de que língua e gramática não são a mesma coisa: a língua é mais complexa e a gramática é menos ampla do que estamos acostumados a crer. A gramática, segundo ela, deve assumir a sua verdadeira condição e função e permitir que os alunos enxerguem além dela, para que assim deixe de ser uma pedra no caminho e passe a ser uma solução no ensino e no estudo da língua.

Outro autor que aborda a questão relativa à gramática e ensino é Travaglia (2003). Segundo ele, a língua é o que nos permite interagir em situações comunicativas. Nesse sentido, o ensino da língua aprimora a competência comunicativa dos seus falantes nativos, juntamente ao ensino da gramática que, por sua vez, ajuda no desenvolvimento da capacidade de uso dos recursos da língua.

De acordo com Travaglia (2003), para que a gramática tenha, de fato, efeito sobre a qualidade de vida das pessoas, ela deve ser apresentada como um conjunto de conhecimentos linguísticos e discutida em relação à sua forma e às possibilidades de significação que essas formas permitem. Portanto, segundo o autor, o melhor uso e a adequação dos recursos da língua estão ligados ao viver bem de uma sociedade e podem ser alcançados mediante a educação linguística, que é o assunto tratado pelo autor no segundo capítulo. A educação linguística consiste em moldar um bom usuário da língua que tenha domínio do maior número de possibilidades e que consiga atingir seu

objetivo na situação de interação comunicativa. Assim, o aluno será capaz de se adequar aos recursos da língua e de distinguir seus efeitos apropriadamente, e tais fatores podem levá-lo a desenvolver um gosto linguístico maior, ou seja, poderia deixar de ser uma pedra no caminho (ANTUNES, 2007).

Travaglia (2003) destaca que cabe a todos nós promover a educação linguística, ainda que a escola desempenhe um papel muito importante desfazendo problemas vãos e preconceitos em relação às variedades linguísticas, à modalidade falada e à modalidade escrita da língua. O autor afirma que os recursos da língua de todos os planos atuam como produtores de sentido, e é a ação conjunta entre eles que produz os efeitos obtidos em uma situação comunicativa. Por isso, propõe que os aspectos gramaticais (os recursos que a língua oferece para a comunicação) e os aspectos textuais (como esses recursos operam) não sejam mais categorizados como coisas distintas, que não estabelecem relação alguma entre si para o ensino.

O autor chega a apresentar uma proposta de sistematização do ensino de gramática, que é possível exatamente pelo caráter sistemático da língua. A proposta aborda quatro espécies de atividades no ensino de gramática: atividades de gramática normativa, gramática de uso, gramática reflexiva e gramática teórica. As atividades de gramática normativa consistem na abordagem da norma culta e suas regras; as de gramática de uso procuram trabalhar certos empregos linguísticos pelo seu contexto; as de gramática reflexiva visam discutir e comparar alternativas de uso da língua; e, por último, as de gramática teórica pretendem desenvolver no aluno a capacidade de entender como a língua funciona, identificando e explicando certos aspectos. Se desenvolvidos os quatro campos de atividade, segundo o autor, o aluno terá conhecimento das diferenças de sentido entre os recursos da língua, ou seja, o que cada recurso exprime e como usá-lo de acordo com a sua especificidade e a suas próprias necessidades de expressão enquanto produtor.

Além disso, Travaglia (2003) também destaca que o ensino da teoria gramatical vem a ser necessário dado que é interessante ensinar além da língua em si para os nativos dela, ensinar também sobre ela, desenvolvendo nos alunos uma habilidade analítica. O ensino da teoria é aconselhável e, se o professor optar por fazê-lo, precisa fazê-lo conscientemente, sabendo como e por que a teoria foi elaborada, trabalhando com mais de uma visão e não de modo absoluto. Ele também precisa admitir que a gramática por si só não é capaz de formar um usuário da língua competente e que o ensino teórico acaba ajudando a atender certos objetivos educacionais.

Em linhas gerais, segundo o autor, a gramática deve ser apreendida como um mecanismo linguístico, e não como uma propriedade da língua que não se pode deixar de utilizar. Em vista disso, o aluno assumirá uma postura mais crítica em relação à teoria da gramática tradicional, saberá interagir apropriadamente no contexto da situação comunicativa e estará livre de muitos preconceitos.

5. Contribuições para um ensino de gramática

Além das sugestões de como se trabalhar a gramática na escola feitas por Antunes (2007) e Travaglia (2003), alguns outros autores apresentam sugestões e/ou questões que podem contribuir na direção de um ensino de gramática de língua materna mais eficiente, em consonância com as vozes dos gramáticos e estudiosos, trazidas anteriormente.

Como já vimos até então, a maneira como se ensina a gramática em sala de aula é algo importante. Neves (1993), uma das autoras já abordadas aqui, realiza uma reflexão acerca da maneira como o estudo de gramática é tratado nas instituições de 6^o a 9^o anos e de ensino médio, em seu artigo intitulado *Reflexão sobre o estudo da gramática nas escolas de 1^o e 2^o graus*. Ao longo do texto, Neves traça três conclusões importantes. A primeira é a de que o professor, em especial do ensino médio, precisa, de fato, dispor de conhecimentos do campo da Linguística, mas isso não significa que esses serão transmitidos aos seus alunos; eles devem servir

como uma base que auxilie o professor a ponderar como tratará o ensino de gramática.

Outro ponto levantado pela pesquisadora é o de que, embora o ensino de gramática não deva deixar de considerar o sistema, a gramática não pode ser oferecida como tal; antes de chegar a esse sistema que regula a língua, é necessária uma reflexão sobre ela. Ainda, segundo a autora, em uma de suas pesquisas, notou-se que os professores consideram que a finalidade do ensino de gramática é a de levar os alunos ao bom uso da língua, consideração essa que, portanto, também implica em uma reflexão sobre a língua em uso.

Em relação ao ensino de gramática, muitos dos especialistas chamam a atenção para a noção de que a língua está em constante mudança. Tal mutabilidade linguística é abordada no artigo *Alguns princípios para o trabalho com língua portuguesa em cursos para a formação de professores I*, de Jurado Filho (1990). O autor concebe a língua como um produto histórico inacabado, considerando sua contínua transformação, ao mesmo tempo em que também é constituição da subjetividade e instrumento de ação social. Ele defende ainda que é possível tornar o estudo da língua um estudo crítico, chamando a atenção para a relevância do sujeito na produção textual, que deve ser trabalhada e estudada como instrumento de ação social.

Outros dois artigos, que se situam no campo da Linguística Aplicada, apontam problemas presentes na sala de aula, no que diz respeito ao professor, ao aluno e aos conteúdos de ensino. Em um deles, intitulado *Diálogos truncados e papéis trocados: o estudo da interação no ensino de língua materna*, Kleiman (1993) trata do esvaziamento dos papéis tradicionais do professor enquanto adulto, não havendo, assim, uma interação real nos diálogos em sala de aula. Isto é, o professor não exerce seu papel de organizador dos conteúdos de ensino e representante da cultura letrada. Apesar de não tratar especificamente sobre gramática e ensino, consideramos pertinente a inclusão das reflexões trazidas pela autora, pois elas nos apontam caminhos sobre o

ensino de modo geral, podendo se incluir, nesse caso, também a gramática.

De acordo com Kleiman (1993), as funções didáticas são atribuídas ao autor do livro didático, um participante ausente e menos eficiente, já que o material didático por si só não pode se adequar a um contexto específico. Essa é uma questão cara e não trazida pelos autores aqui estudados até então, pois a entrada do material didático na sala de aula no contexto de ensino brasileiro atual é uma realidade e, geralmente, é o material utilizado que aponta a abordagem de ensino sobre a gramática. No entanto, o que Kleiman (1993) nos lembra é que o material didático não irá trabalhar com as realidades específicas do contexto de sala de aula de cada professor, cabendo ao professor assumir o papel de sujeito letrado (que orienta e explica). Acrescentamos que essa orientação e explicação cabem ao professor e não podem ser exclusivas do livro didático. Esse papel acaba não sendo preenchido pelo professor, conforme a autora demonstra em seu artigo. Por esse motivo, por serem incompletos, os diálogos em sala de aula tornam-se truncados, o que não lhes confere sentido total. Nesse sentido, entendemos que Kleiman (1993) explora um problema já apontado por Schmitz (1990), o de que um ensino de gramática eficiente vai muito além de propostas metodológicas inovadoras, mas envolve concomitantemente um projeto mais amplo de política pública e podemos incluir aqui, a formação inicial dos futuros professores, para que possam ser orientados em como assumir esse papel ativo ao adentrarem na sala de aula em relação ao ensino de gramática.

O artigo *A língua portuguesa no ensino médio: conteúdos de ensino e o desenvolvimento da aula*, de Barbosa da Silva e Silva Neto (2013) também situado no campo da Linguística Aplicada, corrobora a conclusão apontada acima. Nele, os autores trazem resultados de uma investigação cujo objetivo é identificar o modo como são tratadas questões da língua, principalmente no que diz respeito a conteúdos de ensino. Segundo eles, a partir das aulas assistidas, pode-se concluir que a prática pedagógica da professora aborda separadamente a gramática

do texto e concebe a língua longe de um contexto real de interação, indo na direção contrária do apontado pelas vozes dos especialistas trazidas no presente artigo. Os autores ainda observam que, de acordo com os próprios alunos, a prática da professora teria um impacto mais interessante se ela levasse em conta uma aplicação dos conteúdos em contexto interacional real. Barbosa da Silva e Silva Neto (2013) defendem que tanto a formação do professor de língua quanto o papel do aluno enquanto aprendiz merecem mais atenção, por parte das instituições responsáveis. No que se refere à prática pedagógica, afirmam que integrar o texto, apropriadamente, às atividades de ensino é caminho para se passar do plano gramatical para o plano textual, de modo mais fácil, ou seja, ao se didatizar o texto, é possível proporcionar reflexões sobre a língua.

A última obra de que trataremos aqui é a de Bagno (2011), intitulada *Gramática pedagógica do português brasileiro*, na qual o autor defende o não ensino da norma-padrão, sem, no entanto, minimizar o contato do aluno com a tradição gramatical do português; sugere, assim, que esta não negue a legitimidade do vernáculo geral brasileiro. Bagno (2011) propõe o reconhecimento da norma culta real, de modo que isso não implique em uma nova forma prescrição ou repressão linguística, mas sim, que as formas inovadoras e as formas tradicionais/padronizadas convivam democrática e pacificamente.

De acordo com o autor, o preconceito de que as formas mais inovadoras são erros, assim como o equívoco de que a norma-padrão é modelo único para os acertos, precisam ser desmanchados: a verdade, segundo ele, é que a língua oferece espaço para todas as variedades e um ensino honesto deve mostrar ao aluno a realidade da sua língua.

É importante mencionar que, assim como a grande maioria dos autores mencionados neste artigo, Bagno (2011) concebe a língua em constante mudança, condicionada a fatores de variação e, portanto, heterogênea. Por esse motivo, a língua não é algo estanque e qualquer descrição sobre ela é, conseqüentemente, temporária.

Algumas das principais sugestões dadas pelo autor em relação ao ensino de gramática de língua portuguesa encontram-se listadas no quadro que segue.

- **Quadro 1: Sugestões para um ensino de gramática (BAGNO, 2011)** Ensinar o que os alunos, de fato, ainda não sabem, chamando a atenção, ao mesmo tempo, para a multiplicidade de recursos que a língua nos oferece em sua diversidade.
- Demonstrar aos alunos a riqueza de possibilidades de se dizer determinada coisa, mediante o exame e a discussão das alternativas.
- Trabalhar em sala de aula, mais frequentemente, com(re) leitura e (re)escrita, ao invés de se gastar tempo ensinando regras que já mudaram há anos.
- Analisar a literatura como sendo a manifestação da gramática da língua materna de determinado autor, e não como algo sagrado, que está acima de qualquer outra manifestação da língua.
- Abordar em sala de aula as mudanças ocorridas na língua, mas não cobrar a todo custo que os alunos conheçam, por exemplo, formas verbais antigas e, até mesmo, já extintas.
- Transformar a ideia de erro para uma tentativa de acerto, pois, dessa maneira, substitui-se uma palavra com teor negativo por outra de teor positivo.
- Prezar pelo respeito para com a diversidade linguística na escola, para que, assim, preconceitos linguísticos sejam também eliminados de outras esferas sociais.
- Mostrar aos alunos que certas produções escritas, por serem mais monitoradas, exigem a marcação de plural em todo o sintagma, embora a concordância do português brasileiro seja variável e procure eliminar redundâncias em outros contextos.

Quadro elaborado pelas autoras.

Segundo o autor, alunos e professores, ao deixarem de lado a visão de que a língua é um produto definitivo ou uma verdade absoluta, passarão a enxergá-la com mais atrativos, como um campo do conhecimento em que se faz ciência. Ao perceberem que o português brasileiro é uma língua viva e que passa por interruptos processos de

gramaticalização, poderão diferenciar os aspectos que ainda existem na norma-padrão e aqueles que já deixaram de existir, ou seja, pedagogicamente falando, o que é relevante, ou não, de se ensinar e aprender. Bagno (2011) propõe que tanto as formas clássicas quanto as formas inovadoras sejam tidas como válidas e corretas, destacando, diversas vezes, a importância da democracia linguística e do respeito para com a diversidade linguística. O ideal não é fazer com que os alunos substituam uma variedade pela outra, mas que conheçam a variedade de prestígio e que, caso julguem necessário, reconheçam os momentos apropriados de usá-la. Em relação à formação dos futuros profissionais, já mencionada aqui, o autor afirma que, para a formação dos alfabetizadores/ pedagogos, o curso precisa lhes oferecer conhecimentos das áreas da sociolinguística e da história da língua, da escrita e da ortografia.

Considerações finais

O termo *gramática* abre um variado leque de significações: podemos estar nos referindo à gramática normativa, à descritiva, à internalizada, à gramática tradicional ou, até mesmo, ao manual que contém regras gramaticais da língua, como nos apontou Antunes (2007).

Diversos autores de gramáticas, como Bechara, Bagno, Mira Mateus e Castilho, em obra organizada por Neves e Casseb-Galvão (2014) apontam que procuraram pôr em evidência, em suas respectivas gramáticas, a sinfonia do dinamismo da língua, bem como as inovações nos estudos linguísticos. De maneira geral, os autores sugerem que o papel do aluno seja o de um agente ativo no seu processo de aprendizado. Assim, alguns equívocos que podem surgir ao se ensinar gramática são: (i) a polarização de erros e acertos, (ii) a ideia de que apenas a norma socialmente prestigiada é válida, (iii) a prescrição assídua de regras e (iv) a desatenção para com a mutabilidade e variabilidade da língua.

Em linhas gerais, as propostas de ensino apresentadas pelos especialistas sugerem aos professores, de uma forma mais ou menos

imperativa, respeitarem a variedade linguística de que o aluno dispõe quando chega à sala de aula. Variedade esta que, se ignorada, pode, muitas vezes, ser alvo de preconceitos. Dessa maneira, obtém-se um ensino mais democrático e capaz de suscitar maior interesse nas aulas por parte dos alunos. Vale a ressalva de que não se propõe, em nenhum momento, que o ensino do português padrão deva ser abolido. Como observa Possenti (1996), o ensino de uma nova variedade, no caso, a padrão, reflete em benefícios para a formação do aluno.

De acordo com os especialistas aqui mencionados, devemos lembrar que os alunos são falantes proficientes da língua portuguesa e, ao se ensinar gramática, o professor pode aproveitar o conhecimento linguístico do aluno para realizar atividades significativas, em vez de exercícios automáticos. Ademais, aspectos gramaticais e textuais deveriam ser abordados de forma interligada (FRANCHI, 2006; TRAVAGLIA, 2003), pois todos os mecanismos da língua são importantes para a produção de sentido que se almeja atingir.

Nosso trabalho, de caráter essencialmente teórico, permitiu o levantamento e o entendimento de algumas das atuais propostas de ensino de gramática de língua materna, mediante os diversos conceitos de gramática, bem como as noções de variedade-padrão e não-padrão apresentadas pelos especialistas da temática, além de apresentar uma síntese de alguns pesquisadores que trazem contribuições práticas ao professor de língua materna. Acreditamos que essas reflexões são fundamentais para o professor em formação inicial.

VITORIANO, B. M.; ABREU-TARDELLI, L. S. *Propostas sobre o ensino de gramática: as vozes dos especialistas*. Mosaico. São José do Rio Preto. v. 16, p. 697-720, 2017.

PROPOSAL TO GRAMMAR TEACHING: THE SPECIALISTS' VOICES

ABSTRACT: This article aims to present the results of a bibliographic research, which studied the approaches and proposals by Brazilian authors and researchers towards the concept of grammar and grammar teaching in the last three decades. Six

Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP) São José do Rio Preto, SP – Brasil, 2017.

titles were selected, written by authors used as reference in undergraduate courses about grammar and frequently quoted by Academic Google. The necessity of valuing the non-standard variety, without denying teaching the standard one is notable.

KEYWORDS: grammar and teaching; concepts of grammar; proposals of teaching.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, I.; *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BARROS, D. L. P. de. O discurso da norma na gramática de João de Barros. *Alfa*, São Paulo, v.45, p.11-32, 2001.
- DOMINGUES, D. *Ensino de gramática deve abandonar dogmas e respeitar o português falado, defende Mario Perini*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/015374.shtml>. Acesso em: 14 de julho de 2016.
- FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.V. & MÜLLER, A. L. *Mas o que é mesmo "GRAMÁTICA"?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. Ensinar gramática ou não? In: *A Língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, Pontes, 2004, p.185-187.
- JURADO FILHO, L. C. Alguns princípios para o trabalho com língua portuguesa em cursos para a formação de professores I. *Alfa*, São Paulo, 34: 49-51, 1990.
- KLEIMAN, A. B. Diálogos truncados e papéis trocados: o estudo da interação no ensino de língua materna. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 59-74, 1993.
- NEVES, M. H. M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs). *Gramáticas contemporâneas do Português: com a palavra os autores / Evanildo Bechara ... [et.al.]*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- NEVES, M. H. M. A gramática e suas interfaces. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.81-98, 2007.
- NEVES, M. H. de M. A gramática de usos é uma gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, v.41, n.esp., p.15-24, 1997.
- NEVES, M. H. de M. Reflexão sobre o estudo da gramática nas escolas de 1º e 2º graus. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 91-98, 1993.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

PROPOSTAS SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA: AS VOZES DOS ESPECIALISTAS

SCHMITZ, J. R. Gramática escola linguística e a renovação do ensino de português. *Alfa*, São Paulo, 34: 195-214, 1990.

SILVA, C. M. M. B. da; SILVA NETO, J. G. da. A língua portuguesa no ensino médio: conteúdos e ensino e o desenvolvimento da aula. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.1, p.295-314, 2013.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática, Ensino Plural*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.